



SL-075AB-21  
CÓD: 7908433203759

# **FEIJÓ**

***PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIJÓ***  
***ESTADO DO ACRE***

Cuidador Infantil

**EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**  
**Nº 001/2021, DE 07 DE ABRIL DE 2021**

## ***Língua Portuguesa***

1. Interpretação de texto . . . . .	01
2. Semântica: a significação das palavras no texto; Antônimos e sinônimos . . . . .	14
3. Divisão silábica; Identificação do número de sílabas . . . . .	15
4. Ortografia: emprego de letras, uso de iniciais maiúsculas; . . . . .	16
5. Flexão de gênero, número e grau dos substantivos e dos adjetivos; . . . . .	17
6. Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações. . . . .	21
7. Concordância verbal e nominal . . . . .	24
8. Regência verbal e nominal . . . . .	24
9. Crase . . . . .	25
10. Pontuação; . . . . .	25

## ***Matemática***

11. Sistema numérico: unidade, dezena e centena . . . . .	01
12. Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas . . . . .	02
13. Razão e proporção . . . . .	09
14. Porcentagem . . . . .	11
15. Regra de três simples e composta . . . . .	11
16. Média aritmética simples e ponderada . . . . .	12
17. Juro simples . . . . .	14
18. Sistemas de medidas usuais . . . . .	15
19. Resolução de situações-problema . . . . .	17
20. Raciocínio lógico . . . . .	18

## ***Conhecimentos Gerais***

1. Temáticas atuais, relevantes e amplamente divulgadas referentes à História, Geografia, Política, Cultura, Economia, Esporte e Educação do Brasil, do Estado do Acre e do Município de Feijó . . . . .	01
2. Fatos da atualidade: locais, nacionais e internacionais. Impactos socioeconômicos da globalização e movimentos sociais. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos. . . . .	47

## ***Conhecimentos Específicos Cuidador Infantil***

1. O Cuidador Infantil: perfil profissional – escuta e paciência ativa (conceito, formas de abordagem), organização e planejamento do trabalho e das atividades de vida diária, controle emocional e cuidados nas relações com a criança, a família, a sociedade e a equipe multiprofissional); . . . . .	01
2. Segurança e acordos no uso de aplicativos e recursos tecnológicos. . . . .	05
3. Legislação vigente relacionada a criança: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); . . . . .	09
4. Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos das crianças; . . . . .	46
5. Marco Legal da Primeira Infância; . . . . .	54
6. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS): conceitos, direitos e deveres; . . . . .	59
7. Violência contra a criança: tipos, indicadores de maus tratos e encaminhamentos. . . . .	75
8. Deficiências físicas, intelectuais e transtornos psicológicos na criança: conceito e cuidados específicos na deficiência física, auditiva e visual, depressão, ansiedade, paralisia cerebral, deficiência intelectual, autismo, síndrome de Down, epilepsia. . . . .	85
9. Atividades de lazer e lúdo recreativas: fundamentos, diferenças, importância, valor educativo, objetivos, classificação por faixa etária e boas práticas na utilização de recursos eletrônicos e jogos. . . . .	90

---

## INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

**Compreensão e interpretação de textos**

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

**Tipos de Linguagem**

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



**PROIBIDO FUMAR**

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

**Interpretação de Texto**

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

**Dicas para interpretar um texto:**

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seladas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

### IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

### CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa ami-

zade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

### IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

#### Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

#### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

#### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

#### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um dos efeitos de sentido que ocorre nos textos literários quando a personagem tem a consciência de que suas ações não serão bem-sucedidas ou que está entrando por um caminho ruim, mas o leitor já tem essa consciência.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

#### Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



#### ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

#### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

#### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

**SISTEMA NUMÉRICO: UNIDADE, DEZENA E CENTENA**

Se você já foi muitas vezes ao supermercado, já deve ter reparado que, por vezes, as pessoas quando pedem frutas, por exemplo, pedem, normalmente, ao quilo ou à dúzia. E o que é a dúzia afinal?

A dúzia não é nada mais nada menos que doze unidades! Por exemplo: São doze unidades e portanto são uma dúzia de livros.



Assim como se fala na dúzia, também temos a dezena, que é o mesmo que dizer dez unidades. Isto é, dez unidades são uma dezena.

Por exemplo:



Aqui temos 10 sapos, e portanto podemos dizer que temos uma dezena de sapos! Agora já podemos falar à vontade de dezenas, por exemplo, quando te pedem duas dezenas de smarties é o mesmo que te estarem a pedir 2X10 smarties.



A dez dezenas também podemos chamar uma centena, que são 100 unidades. Assim, se tivermos 200 unidades, que é o mesmo que termos 20 dezenas, chamamos 2 centenas. Temos também o milhar que são 10 centenas, a dezena de milhar que são 100 centenas e a centena de milhar que são 1000 centenas. Em resumo:

CLASSES:	MILHARES			UNIDADES		
	Centena	Dezena	Unidade	Centena	Dezena	Unidade
10 325		1	0	3	2	5
256 879	2	5	6	8	7	9

Assim, o 10.325 escrito por extenso fica: dez milhares e trezentos e vinte cinco unidades.

**Terço ou Terça Parte – Quarto ou Quarta Parte**

Para acharmos a quarta parte ou quarto, dividimos o inteiro igualmente por 4: Observe:



Representamos cada uma das partes assim:

$\frac{1}{4}$ ; lemos um quarto ou quarta parte.

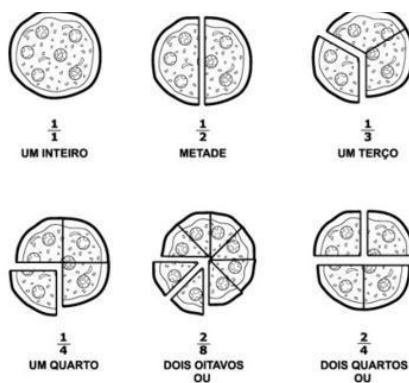
Complete:

- a) A quarta parte de 12 maçãs é: \_\_\_\_\_ maçãs.
- b) A quarta parte de 452 livros é: \_\_\_\_\_ livros.
- c) A quarta parte de 24 mesas é: \_\_\_\_\_ mesas.
- d) A quarta parte de 24 canetas é: \_\_\_\_\_ canetas.

**Respostas:** a-3 / b-113 / c-6 / d-6.

Obs.: Nas atividades de Números Racionais que ao dividirmos o inteiro por 2 encontramos um meio, por 3 encontramos um terço e por 4 um quarto.

Agora observe outras frações:



Para acharmos o terço ou terça parte, dividimos o inteiro igualmente por três. Como na figura à seguir:



Representamos cada uma das partes assim:

$\frac{1}{3}$ ; lemos um terço ou terça parte.

2) complete:

a) A terça parte de 12 é: \_\_\_\_\_

b) A terça parte de 90 é: \_\_\_\_\_

c) A terça parte de 360 é: \_\_\_\_\_

d) A terça parte de 378 é: \_\_\_\_\_

**Respostas:** a-4 / b-30 / c-120 / d-126.

**Números pares e ímpares**

Os pitagóricos estudavam a natureza dos números, e baseado nesta natureza criaram sua filosofia e modo de vida. Vamos definir números pares e ímpares de acordo com a concepção pitagórica: *par é o número que pode ser dividido em duas partes iguais, sem que uma unidade fique no meio, e ímpar é aquele que não pode ser dividido em duas partes iguais, porque sempre há uma unidade no meio.*

Uma outra caracterização, nos mostra a preocupação com a natureza dos números: *número par é aquele que tanto pode ser dividido em duas partes iguais como em partes desiguais, mas de forma tal que em nenhuma destas divisões haja uma mistura da natureza par com a natureza ímpar, nem da ímpar com a par. Isto tem uma única exceção, que é o princípio do par, o número 2, que não admite a divisão em partes desiguais, porque ele é formado por duas unidades e, se isto pode ser dito, do primeiro número par, 2.*

Para exemplificar o texto acima, considere o número 10, que é par, pode ser dividido como a soma de 5 e 5, mas também como a soma de 7 e 3 (que são ambos ímpares) ou como a soma de 6 e 4 (ambos são pares); mas nunca como a soma de um número par e outro ímpar. Já o número 11, que é ímpar pode ser escrito como soma de 8 e 3, um par e um ímpar.

Atualmente, definimos números pares como sendo o número que ao ser dividido por dois têm resto zero e números ímpares aqueles que ao serem divididos por dois têm resto diferente de zero. Por exemplo, 12 dividido por 2 têm resto zero, portanto 12 é par. Já o número 13 ao ser dividido por 2 deixa resto 1, portanto 13 é ímpar.

**CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS E DECIMAIS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM. APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS ACIMA LISTADOS EM SITUAÇÕES COTIDIANAS**

**Números Naturais**

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos o conjunto infinito dos números naturais

$$\mathbb{N} = \{0,1,2,3,4,5,6 \dots \}$$

- Todo número natural dado tem um sucessor

- a) O sucessor de 0 é 1.
- b) O sucessor de 1000 é 1001.
- c) O sucessor de 19 é 20.

Usamos o \* para indicar o conjunto sem o zero.

$$\mathbb{N}^* = \{1,2,3,4,5,6 \dots \}$$

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

**Expressões Numéricas**

Nas expressões numéricas aparecem adições, subtrações, multiplicações e divisões. Todas as operações podem acontecer em uma única expressão. Para resolver as expressões numéricas utilizamos alguns procedimentos:

Se em uma expressão numérica aparecer as quatro operações, devemos resolver a multiplicação ou a divisão primeiramente, na ordem em que elas aparecerem e somente depois a adição e a subtração, também na ordem em que aparecerem e os parênteses são resolvidos primeiro.

**Exemplo 1**

$$10 + 12 - 6 + 7$$

$$22 - 6 + 7$$

$$16 + 7$$

$$23$$

**Exemplo 2**

$$40 - 9 \times 4 + 23$$

$$40 - 36 + 23$$

$$4 + 23$$

$$27$$

**Exemplo 3**

$$25 - (50 - 30) + 4 \times 5$$

$$25 - 20 + 20 = 25$$

**Números Inteiros**

Podemos dizer que este conjunto é composto pelos números naturais, o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Este conjunto pode ser representado por:

$$\mathbb{Z} = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$

**Subconjuntos do conjunto  $\mathbb{Z}$ :**

1) Conjunto dos números inteiros excluindo o zero

$$\mathbb{Z}^* = \{\dots -2, -1, 1, 2, \dots\}$$

2) Conjuntos dos números inteiros não negativos

$$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, \dots\}$$

3) Conjunto dos números inteiros não positivos

$$\mathbb{Z}_- = \{\dots, -3, -2, -1\}$$

### Números Racionais

Chama-se de número racional a todo número que pode ser expresso na forma  $\frac{a}{b}$ , onde a e b são inteiros quaisquer, com  $b \neq 0$ . São exemplos de números racionais:

$$-12/51$$

$$-3$$

$$-(-3)$$

$$-2,333\dots$$

As dízimas periódicas podem ser representadas por fração, portanto são consideradas números racionais.

Como representar esses números?

### Representação Decimal das Frações

Temos 2 possíveis casos para transformar frações em decimais

1º) Decimais exatos: quando dividirmos a fração, o número decimal terá um número finito de algarismos após a vírgula.

$$\frac{1}{2} = 0,5$$

$$\frac{1}{4} = 0,25$$

$$\frac{3}{4} = 0,75$$

2º) Terá um número infinito de algarismos após a vírgula, mas lembrando que a dízima deve ser periódica para ser número racional

**OBS:** período da dízima são os números que se repetem, se não repetir não é dízima periódica e assim números irracionais, que trataremos mais a frente.

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

$$\frac{35}{99} = 0,353535\dots$$

$$\frac{105}{9} = 11,6666\dots$$

### Representação Fracionária dos Números Decimais

1º caso) Se for exato, conseguimos sempre transformar com o denominador seguido de zeros.

O número de zeros depende da casa decimal. Para uma casa, um zero (10) para duas casas, dois zeros (100) e assim por diante.

$$0,3 = \frac{3}{10}$$

$$0,03 = \frac{3}{100}$$

$$0,003 = \frac{3}{1000}$$

$$3,3 = \frac{33}{10}$$

2º caso) Se dízima periódica é um número racional, então como podemos transformar em fração?

### Exemplo 1

Transforme a dízima 0,333... em fração

Sempre que precisar transformar, vamos chamar a dízima dada de x, ou seja

$$x = 0,333\dots$$

Se o período da dízima é de um algarismo, multiplicamos por 10.

$$10x = 3,333\dots$$

E então subtraímos:

$$10x - x = 3,333\dots - 0,333\dots$$

$$9x = 3$$

$$x = 3/9$$

$$x = 1/3$$

Agora, vamos fazer um exemplo com 2 algarismos de período.

### Exemplo 2

Seja a dízima 1,1212...

Façamos  $x = 1,1212\dots$

$$100x = 112,1212\dots$$

Subtraindo:

$$100x - x = 112,1212\dots - 1,1212\dots$$

$$99x = 111$$

$$x = 111/99$$

### Números Irracionais

#### Identificação de números irracionais

- Todas as dízimas periódicas são números racionais.
- Todos os números inteiros são racionais.
- Todas as frações ordinárias são números racionais.
- Todas as dízimas não periódicas são números irracionais.
- Todas as raízes inexatas são números irracionais.
- A soma de um número racional com um número irracional é sempre um número irracional.
- A diferença de dois números irracionais, pode ser um número racional.
- Os números irracionais não podem ser expressos na forma  $\frac{a}{b}$ , com a e b inteiros e  $b \neq 0$ .

**Exemplo:**  $\sqrt{5} - \sqrt{5} = 0$  e 0 é um número racional.



**TEMÁTICAS ATUAIS, RELEVANTES E AMPLAMENTE DIVULGADAS REFERENTES À HISTÓRIA, GEOGRAFIA, POLÍTICA, CULTURA, ECONOMIA, ESPORTE E EDUCAÇÃO DO BRASIL, DO ESTADO DO ACRE E DO MUNICÍPIO DE FEIJÓ**

**BRASIL**

**História do Brasil**

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

*Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.*

*Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.*

*Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.*

*Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características políticas-sócio-econômicas.*

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

**O início da colonização**

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa.

A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

*O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.*

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

*O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.*

### **A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português**

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrópole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

### **Despotismo esclarecido em Portugal**

Na esfera política, a formação do Estado absolutista correspondeu a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime mo-

nárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânias hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

### **Capitânias Hereditárias**

As Capitânias hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitânias Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitânias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitânias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitânias Hereditárias criadas no século XVI:

- Capitania do Maranhão
- Capitania do Ceará
- Capitania do Rio Grande
- Capitania de Itamaracá
- Capitania de Pernambuco
- Capitania da Baía de Todos os Santos
- Capitania de Ilhéus
- Capitania de Porto Seguro
- Capitania do Espírito Santo

Capitania de São Tomé  
 Capitania de São Vicente  
 Capitania de Santo Amaro  
 Capitania de Santana

**Governo Geral**

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

**Economia e sociedade colonial**

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

**- Pau-Brasil**

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa por-

tuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

**- Cana-de-Açúcar**

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitanias. A decadência se iniciou na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriam preconceito.

**Sociedade Açucareira**

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

**- Mineração**

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

**Ouro**

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as “derramas” se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

### Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

### Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.
- Maior Mobilidade Social

OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.

3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.

4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

### - Pecuária

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da “quartiação”. Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

### - Algodão

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

### - Tabaco

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

### - Drogas do sertão

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.

### Povoamento do interior no Período Colonial (Séc. XVII)

Até o século XVI, com a extração de pau-brasil e a produção açucareira, o povoamento do Brasil se limitou a uma estreita faixa territorial próximo ao litoral, em função da vegetação e do solo favoráveis a tais práticas respectivamente, porém, como vimos acima, esses não eram os únicos produtos explorados, o sistema econômico exploratório envolvia outras fontes, isso potencializou o povoamento do interior.

### As causas da interiorização do povoamento

1) União Ibérica (1580-1640): a união entre Espanha e Portugal por imposição da Coroa Espanhola colocou em desuso o Tratado de Tordesilhas, permitindo que expedições exploratórias partissem do litoral brasileiro em direção ao que antes era definido como América Espanhola.

2) Tratado de Madri (1750): o fim da União Ibérica foi marcado pela incerteza acerca dos limites entre terras portuguesas e espanholas. Alguns conflitos e acordos sucederam a restauração portuguesa de 1640, até que os países ibéricos admitissem o princípio do “uti possidetis” como critério de divisão territorial no Tratado de Madri. O princípio legitima a posse territorial pelo seu uso, ou seja, pela sua exploração. Com base nesse princípio, Portugal passou a ter salvo-conduto em áreas ocupadas e exploradas desde a União Ibérica por expedições com origem no Brasil.

3) Crise açucareira (séc.XVII): a crise açucareira no Brasil impulsionou a busca por novas riquezas no interior. A procura por metais preciosos, pelo extrativismo vegetal na Amazônia e por mão-de-obra escrava indígena foram alguns dos focos principais das expedições exploratórias intensificadas no século XVII.

### As atividades exploratórias do interior

1) Entradas: expedições patrocinadas pela Coroa com intuito de procurar metais, fundar povoados, abrir estradas etc.

2) Bandeiras: expedições particulares que partiam de São Vicente com o intuito de explorar riquezas no interior. As bandeiras podem ser classificadas em três tipos:

a) Bandeiras de prospecção: procuravam metais preciosos (ouro, diamantes, esmeraldas etc);

b) Bandeiras de apresamento ou preação: capturavam índios no interior para vendê-los como escravos. Os principais alvos do apresamento indígena foram as missões jesuíticas, onde os índios já se encontravam em acentuado processo de aculturação pela imposição de uma cultura europeia caracterizada pelo catolicismo, pelo regime de trabalho intenso e pela língua vernácula (português ou espanhol).

c) Bandeiras de sertanismo de contrato: expedições contratadas por donatários, senhores de engenho ou pela própria Coroa para o combate militar a tribos indígenas rebeldes e quilombos. O exemplo mais importante foi a bandeira de Domingos Jorge Velho, responsável pela destruição do Quilombo de Palmares.

3) Monções: expedições comerciais que partiam de São Paulo para abastecer as áreas de mineração do interior.

4) Missões jesuíticas: arrebanhavam índios de várias tribos, principalmente daquelas já desmanteladas pela ação das bandeiras de apresamento. Os índios eram reunidos em aldeamentos chefiados pelos padres jesuítas, que impunham a esses índios uma dura

**O CUIDADOR INFANTIL: PERFIL PROFISSIONAL – ESCUTA E PACIÊNCIA ATIVA (CONCEITO, FORMAS DE ABORDAGEM), ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DO TRABALHO E DAS ATIVIDADES DE VIDA DIÁRIA, CONTROLE EMOCIONAL E CUIDADOS NAS RELAÇÕES COM A CRIANÇA, A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL)**

### O que é um cuidador escolar?

O cuidador escolar é o profissional responsável por auxiliar o estudante em seus cuidados da vida diária e prática. Ele deve ajudar o aluno somente nas atividades que este não conseguir desempenhar sozinho como: ir ao banheiro, se alimentar, trocar de roupa e/ou trocar a fralda entre outras.

Abaixo, selecionamos as principais atividades que fazem parte da função do cuidador escolar. Confira!

### O que faz um cuidador infantil?

- Ministração de atividades lúdicas aos alunos;
- Administração de medicamentos, mediante prescrição médica, requerimento dos responsáveis e apresentação do medicamento;
- Auxiliar os estudantes nas refeições;
- Auxiliar na higiene corporal;
- Auxiliar os alunos na escrita/digitação;
- Ajudar nas brincadeiras;
- Documentar as ocorrências e encaminhá-las ao gestor;
- Supervisionar a saída dos alunos ao final do período;
- Participa das reuniões, dos eventos, de planejamentos e das formações que são oferecidas pela SEMED ou pela própria escola.

### Cuidador escolar legislação

Desde 2013, foi aprovado, pela Comissão de Educação, uma proposta que tornou obrigatória a presença de um cuidador nas escolas regulares para auxiliar os alunos com deficiência, conforme a necessidade.

De acordo com o relator Alex Canziani a presença de um cuidador escolar garante a inclusão e a aprendizagem, pois por meio do acompanhamento individualizado, viabiliza a mobilidade, o auxílio nas necessidades pessoais e a realização de demais atividades que não podem ser prestadas pelo professor.

Percebe como a presença do cuidador educacional no ambiente escolar é importante? O suporte que ele dá aos alunos e professores é determinante para que o dia a dia da instituição funcione melhor. Se você ficou interessado (a) na profissão, saiba que o curso online de cuidador escolar é perfeito para você.

Fonte: <https://www.educamundo.com.br/blog/voce-sabe-%20o-que-faz-um-cuidador-%20escolar#:~:text=O%20cuidador%20escolar%20C3%A9%20o,trocar%20a%20fralda%20entre%20outras.>

Um dos grandes desafios atuais da escola é sem dúvida dar conta dessas duas condições: disciplina e indisciplina. Lembrando que disciplina é aqui tratada não como conteúdo escolar, mas como comportamento humano, sendo este caracterizado como o que corresponde ao necessário para a manutenção adequada das relações.

Segundo Parolin (2005, p.55), observa-se que “na convivência com os adultos, a criança necessita tanto encontrar barreiras que a impeçam de realizar alguns desejos, como apoios que facilitarão a obtenção do desejado. Quando a criança compreende o “sim” como algo destinado a ela e o “não” como um impedimento à realização de algo, ela se estrutura como pessoa e começa a compreender o sentido da liberdade como um trânsito entre o individual e o coletivo.”

A fala da autora já nos indica que o “sim” e o “não” não são opostos na educação das crianças, mas se complementam dando direção e objetividade à formação de um valor de convivência social. Ser uma criança disciplinada não é indicativo de criança quieta, silenciosa, atenta, centrada, sempre acessível; uma criança disciplinada brinca, corre, pula, grita, chora, briga, porque criança é criança e é assim que se comporta – tem energia para suas vivências. Mas, esta criança disciplinada sabe também respeitar as regras e limites que se impõem ao ambiente; se sente segura para liberar suas energias, sem atrapalhar ou comprometer-se a si mesma e aos demais no seu entorno.

Mas, para saber os limites e as regras, a criança requer que o adulto lhe ensine e oriente o seu processo, e isto não reside apenas na informação que possa o adulto passar, mas os modelos que ele expressa a partir de si. Já falamos sobre isso, mas vou relembrar -a família é o modelo que a criança tem, portanto:

- se a criança tem pais agressivos, entende ela que isso é o certo; se tem pais que a agredem, entende que é assim que deve tratar os demais;
- se os pais são passivos, repetirá esse comportamento;
- se os pais lhe dão tudo à mão, entenderá que os outros devem fazer o mesmo;
- se os pais não lhe explicam o certo e errado, não saberá conduzir suas ações de forma pensada;
- se os pais não lhe dizem não, a criança espera de todos o mesmo;
- enfim, se os pais não sabem conduzir suas próprias vidas, com certeza, seus filhos serão barcos à deriva.

Por outro lado, poderemos dizer que há famílias que são cuidadoras no sentido dessa orientação, porém, não praticam o que dizem. É como aquele exemplo conhecido em que os pais ensinam a criança que ela não deve nunca mentir, que dizer a verdade é o certo. Contudo, se não querem atender um telefonema, pedem a criança que mintam sobre sua presença.

É preciso compreender que a criança repete o que vê e o que ouve, na mesma medida dada pelos adultos e isso é comprovado por exemplos comuns:

- se os pais ensinam à criança que ela não deve falar palavrões, mas em casa os pais falam, ela os verbalizará na escola;
- dizem aos filhos que violência não é uma boa coisa, mas se algum coleguinha o bater, revide.

Estas contradições na orientação dada pelos pais refletem sobre a criança de maneira intensa, porque a criança passa a não acreditar no que lhe é dito. Dessa forma, a criança – agora insegura e ansiosa – assume um comportamento desafiante frente a todos os outros adultos.

Então, se a professora insistir em que faça algo, a criança diz: “você não me manda”; “eu não vou fazer porque eu não quero”; “você não é meu pai”, e assim por diante.

É importante estarmos atentos a esses pequenos discursos, a fim de tratarmos as situações com as devidas soluções que são pedidas. Toda criança precisa ser ensinada, porque não nasce sabendo regras e limites, mas entende-se como alguém provida de natural liberdade; ao descobrir que suas necessidades são atendidas, a

criança passa a requerer orientação para suas ações. Nessa perspectiva, quando uma criança expressa seu comportamento desafiante com discursos de resistência e negação, entendemos que ela quer ser disciplinada; ela está pedindo limites, porque está insegura diante do certo e do errado. Nesse sentido, Parolin (2005, p.56), explica que: a criança sem limites não quer fazer os exercícios, não quer ouvir, não quer ler, acredita que os outros devem ler para ela, fazer para ela, ou ainda, o que é pior, considerar que os que propõem ações voltadas à sua aprendizagem estejam perturbando a sua paz – “o professor fica me alugando, dando tarefa todo dia”.

Lembrei-me de uma professora, numa instituição escolar que atendi por uma assessoria psicopedagógica, quando se queixou de um aluno que não a atendia nas atividades e tarefas de sala porque estava sempre com sono, chegando a ponto de debruçar-se sobre a carteira e dormir deliberadamente durante a aula. Toda vez que a criança era chamada à atenção, chorava e dizia que não conseguia se manter acordada. Primeiramente, pensamos na hipótese dessa criança estar com alguma disfunção orgânica, infecções comuns à infância (vermes), deficiência nutricional, fobia noturna, etc.

Quando relatamos para mãe a situação, ela nos informou que a criança dormia cedo e bem. Mas, os avós não deram a mesma informação, pois a mãe saía muitas noites da semana, retornando a altas horas; a criança ao perceber a ausência da mãe, não dormia; os avós para suprirem a carência do neto, deixavam na frente da televisão ou do computador até que adormecesse e, isto algumas vezes, foi com o dia amanhecendo. O que se passava na cabeça da criança não é difícil de perceber, pois se a mãe lhe ensinava que dormir cedo fazia bem, não dava o exemplo.

A criança pede autoridade, porque requer disciplina. Contudo, aqui vai um alerta importante: professor que grita com o aluno a fim de requerer seu comportamento; que ameaça com avaliações; que o expulsa da sala para a coordenação ou orientação; que discute com aluno – perde toda e qualquer razão, não tendo poder de orientação sobre o aluno. Aliás, que diga-se de passagem – professor que chega a esses extremos, precisa de férias e de terapia -, pois a perda do autocontrole coloca em risco toda seriedade das ações pedagógicas e, distorce a imagem pessoal do professor.

Quando a criança é indisciplinada, faz-se preciso investigar por que e o que ela está querendo dizer através de seu comportamento; seus discursos hostis sempre escondem a sua carência, a insegurança e o medo que sente. Isso pode parecer romântico diante de uma situação que requer manejo. Todavia, jamais poderemos esquecer que criança não tem potenciais cognitivos e intelectivos para solucionar os problemas que não nasceram com ela, mas foram exemplificados pelos adultos que estão à sua volta. Sendo assim, ela não precisa de adultos que lhe exigem a disciplina, mas de adultos que a orientem para a disciplina, de modo que ela possa, ao menos, fazer um comparativo entre o certo e o errado.

Isso não é uma receita, não significa que dará sempre certo e não há como garantir que a criança desenvolverá atitudes e comportamentos adequados. Em contrapartida, o professor deve estar pronto para investigar e, achando a origem dos problemas da indisciplinada de seu aluno, deve elaborar estratégias que melhor se adequam à sua realidade de sala. Todavia, há determinantes nesse segmento que jamais podem ser desconsiderados:

- a relação estabelecida com cada aluno: nível de respeito, de afetividade, de aproximações, etc.
- a relação interpessoal entre os alunos;
- a relação social que cada aluno tem com seu entorno: valores, respeito e convivência;
- a relação de autorrespeito que cada um tem e o professor tem consigo;
- as relações de parcerias: alunos, escola, professores e, sobretudo, família.

Atualmente, educadores, familiares e sociedade vêm discutindo muito sobre a indisciplinada escolar, buscando explicações, tentando descobrir o que realmente faz com que adolescentes e crianças cometam atos considerados de indisciplinados no interior das escolas. Porém as explicações que tanto buscamos pode estar bem mais perto do que imaginamos muitas vezes em nossa própria prática familiar, social e até mesmo pedagógica. A família pode ser em algum momento da vida de crianças e adolescentes motivadora da indisciplinada, quando renega seus filhos, não os respeita enquanto sujeitos e quando os apresenta a práticas fora dos padrões familiares, tais como: violência e autoritarismo. Já a escola contribui para isso quando não permite que estes sujeitos em desenvolvimento coloquem ali seu ponto de vista, suas dúvidas e anseios. Somada a estas duas redes vêm à sociedade que em seu molde capitalista ajuda a separar os bons dos ruins conforme ela mesma sugere. E ao separarmos, estamos colocando a maioria de nossos estudantes à margem da indisciplinada, pois quem não é aceito por um grupo selecionador de atitudes e modos de vida, começa a fazer de tudo para ser aceito.

Trabalhar no campo educacional nunca foi uma tarefa simples, porém nunca foi tão difícil como atualmente. O surgimento e manutenção de atos indisciplinados no interior das escolas tornaram-se um dos grandes problemas que diretores, pedagogos, professores 9307 familiares tentam resolver, porém na maioria das vezes se defrontam com problemas bem mais amplos e que necessitam de olhares diferentes em cada caso. Por causa deste problema, desde alguns anos atrás, surgiu como verdade do senso comum em nossa sociedade, principalmente nas instituições educacionais a visão de que os alunos estão cada vez mais indisciplinados, que não colaboram para a harmonia do meio que estão causando a desordem e em alguns casos o surgimento da violência. Sendo assim torna-se necessário e essencial que os agentes educacionais e todos os que lidam com crianças e principalmente adolescentes saber estipular limites, para que a disciplina seja valorizada, porém para que isso ocorra de forma prazerosa e sem marcas negativas para a criança ou adolescente, é necessário a presença de alguém que exerça uma autoridade, mas para que esta seja respeitada e seguida é imprescindível o respeito e o diálogo permanentemente com a criança ou adolescente.

#### **Relação entre sociedade, escola e disciplina**

Segundo Tuma (2001) e Foucault (2003), não se pode pensar em disciplina e indisciplinada sem discutir a relação destes comportamentos dentro da sociedade, da família e da escola. Por este motivo, visando analisar a indisciplinada em seus tramites, far-se-á um breve relato sobre o que estes três grandes grupos sociais, nos apresentam sobre o tema a ser discutido.

O sistema disciplinar segundo Tuma (2001) surge dentro da sociedade, em meados do século XVIII, motivado com a queda do sistema feudal e o surgimento de uma nova forma de produção (comércio) e uma nova classe social, formada por pessoas que abriam comércios nas cidades, esta classe é chamada de burguesia. Com o surgimento desta nova classe social a Igreja perde poder e o capitalismo começa a surgir na sociedade como movimento econômico e social dominante. Como afirma Tuma:

*No bojo das mudanças propiciadas pelos mecanismos de expansão do comércio mercantilista, ou do precoce capitalismo industrial, começa a adquirir forma mais transparente a divisão do velho ofício, e as ciências, a direcionarem suas preocupações para as pesquisas de produção. (TUMA. 2001, p. 35).*

Sendo assim, a sociedade embalada pelo capitalismo tem um pensamento político e social tendo sua base segundo Hobsbawm:

*Na crença no progresso que professava o típico pensador do iluminismo, visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias. (HOBBSAWM. 1989, p. 37).*

Neste contexto social a burguesia começa a descobrir por meio de explorações espaciais, o preço do tempo, que por meio do trabalho geram lucro e exige o repensar da temporalidade. Com esta visão de que tempo é dinheiro, surge a necessidade da criação de normas de condutas sociais, para controlar os trabalhadores, chamados na época de proletariado.

Segundo Braverman: “o capitalista empenha-se, através da gerência (management), em controlar. E o controle é, de fato, o conceito fundamental de todos os sistemas gerenciais.” (BRAVERMAN. 1977 p. 68).

Surge então, a sociedade disciplinadora, com a característica principal de: controlar o tempo, vigiar e registrar o indivíduo e sua conduta. Mais tarde essa sociedade dá lugar às chamadas ciências humanas que começam a realizar exames para se chegar à verdade. A partir da democratização da sociedade, ouve no campo das relações sociais algumas transformações e o surgimento de uma nova percepção de aluno, porém a escola continuou segundo Aquino pensando no aluno como se pensava no antigo sistema escolar.

*As escolas, com um caráter elitista e conservador, para classes mais abastadas, passaram a ser mais democráticas e o ensino expandiu-se para outras camadas sociais. Entretanto, esta escola continuaria num velho sistema não adaptado a este novo sujeito histórico. A indisciplina atual passaria a representar uma força de resistência e produção de novos sentidos à instituição escolar. (AQUINO. 2000, p. 56).*

Sendo a escola um espaço social e integrante da sociedade em geral, esta é vista como espaço de socialização, como afirma Pereira: “possibilita o diálogo, a cooperação e a troca mútua, além de necessitar de normas e regras que facilitem e conduzam seu funcionamento” (PEREIRA. (2004, p. 51).

Esta mesma escola que é vista como um espaço de socialização, tende a estabelecer limites comportamentais e orientar de uma forma mais severa do que a família e de uma forma mais suave que a sociedade.

Neste bojo quando pensa-se no papel social da escola frente aos atos de indisciplina e disciplina, Aquino afirma:

[...] devemos analisar a indisciplina sob um prisma histórico baseado em condicionantes culturais ou sob um matiz psicológica, em relação à influência das relações familiares. Assim ao analisarmos a mesma sob o ponto de vista histórico, perceberemos que a disciplina se desenvolvia basicamente na obediência e subordinação, e o professor era hierarquicamente superior, detinha o respeito alheio e como mais próximo da lei, tinha como prerrogativa a punição. Sua função principal era modelar moralmente os alunos, assegurar o cumprimento das regras e normas mais amplas, inclusive os deveres escolares. (AQUINO. 2000, p. 45).

Visto isto, pode-se afirmar que os alunos são frutos da história, que conduz para a democracia, uma democracia “marcada pela divergência e pela liberdade das ideias” (SARTÓRIO, 2006, p. 57).

Sendo assim a escola necessita de normas como condições necessárias, a fim de internalizá-las em seus alunos para que estes consigam a autonomia e a liberdade, dentro de seu relacionamento social. O professor então é conforme Aquino: “aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites” (AQUINO. (2000, p. 46).

Pensando ainda em sociedade e disciplina, Sartório aponta que: “a indisciplina é um reflexo da violência e pobreza social promovidas pela mídia” (SARTÓRIO. 2006, p.36).

Portanto, por mais que os rumos históricos e culturais se transformem o conceito que se construiu de disciplina é aquele que segundo Foucault (2003) só surge quando se obedece a regras, se cumpre deveres e se subordina aos “chefes sociais”

Parafrazeando alguns autores, como Foucault (2003) e Durkheim (1973), a disciplina surge como meio de controle social, resultando assim em atos indisciplinados tudo o que vai contra as normas de controle sociais. Sendo assim, em nossa sociedade na maioria das vezes, o que vale é a disciplina desejada pelo adulto ou ser dominante (professor, chefe, pais, governantes), sendo que o papel dos seus subordinados (crianças, adolescentes, funcionários, filhos e governados) perante uma sociedade disciplinadora e autoritária é obedecer sem questionar e sem gerar revoltas.

### O Papel Social da Educação

A educação escolar tem dentro da sociedade no mínimo dois significados. O primeiro significado sociológico da educação encontra-se na explicação de Durkheim (1973), que diz que a educação é uma doutrina pedagógica que tem apoio na concepção do homem e sociedade, pois a educação para ele surge por meio de alguns meios sociais, como: a família, a igreja, a escola e a própria sociedade. Sendo assim, o sujeito que atua na escola, estudando ou ensinando, carrega em si traços de vários contextos, sendo um cidadão formado pelo meio. A educação ainda segundo Durkheim é:

*A ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão maduras para a vida social tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança determinados números de estados físicos, intelectuais e morais que dele reclamam, por um lado, a sociedade política em seu conjunto, e por outro, o meio específico ao qual está destinado. (DURKHEIM. 1973, p.44)*

O autor referendado ainda trata a educação como um fato social, pois permite uma integração entre o indivíduo e a sociedade, levando assim seus agentes a construir uma forte identificação com o sistema social em que estão inseridos. Seguindo este pensamento em que a educação é um fato social, pode-se entender que os alunos só conhecerão o dever por meio de seus pais e professores, ou seja, estes guias são a personificação do dever.

Durkheim (1973) entende que a educação é um processo de socialização, tendo como artifícios a constituição da sociedade e a hegemonia da mesma, ou seja, sem o processo social não se há hipótese de existência da ordem social e da conservação de limites.

A escola então nesta visão sociológica surge para internalizar nos indivíduos os valores e normas do sistema social vigente. Traçado para os dias de hoje, a educação é um meio que possibilita a existência e hegemonia do sistema dominante.

Já para teóricos como Dewey (1971), a educação é um meio que dinamiza a sociedade, pois pode por meio de seus agentes modificar a própria sociedade. Para Dewey:

*O processo educacional possibilita ao indivíduo atuar na sociedade sem reproduzir experiências anteriores, acriticamente. Pelo contrário, elas serão avaliadas criticamente, com o objetivo de modificar seu comportamento e desta maneira produzir mudanças sociais. Educação é vida, é viver, é desenvolver, é crescer. (DEWEY. 1971, p.29).*

Neste viés a escola precisa saber do passado do aluno, para que saiba como trabalhar com o mesmo no tempo presente e projetar o futuro. Além disso, esta visão holística permite que professores descubram o que leva seus alunos a terem alguns comportamentos.

Ainda segundo Dewey (1971), a escola deve ser vista como uma micro comunidade, onde ensinará seus agentes, sejam eles professores, funcionários e alunos a viverem em uma democracia, visando a igualdade social, pois segundo este pensamento a escola precisa promover a socialização democrática, algo que percebe-se nos movimentos de gestão democrática, onde toda a comunidade escolar participa das ações e decisões da escola.

Seguindo esta teoria a educação e a democracia formam uma totalidade, que asseguram em suas teses a igualdade social, coisa que para a sociologia Durkheimiana é algo praticamente impossível, pois se a educação for algo que conduza para a igualdade, o sistema social seria modificado constantemente, ou seja, não teríamos classes e nem sistemas dominantes. Fato que não agradaria a elite dominante da sociedade, pois vivemos em uma sociedade capitalista, que vê segundo o próprio Durkheim (1971) a educação como fonte de reprodução social.

Pode-se então, analisar que a educação pode seguir duas linhas, uma sociológica que mostra perante uma sociedade classificatória e capitalista, a educação como reprodutora social e facilitadora das classes dominantes, e outra mais voltada para a psicologia que defende a educação como dinamizadora da sociedade, a qual tem por objetivo modificar as estruturas sociais, por meio de uma gestão e de relacionamentos democráticos.

#### **A relação entre escola e disciplina**

Segundo Tuma (2001) a escola é um dos lugares juntamente com a família e espaços sociais, que oferece aos sujeitos a busca do conhecimento, de formação humana e de práticas que facilitem na medida do possível o relacionamento social. Logo perante a informação acima citada, a escola em seus tramites teria que buscar trabalhar os valores morais, éticos, oferecendo uma educação de qualidade e igualdade, em que todos fossem inseridos na sociedade, independente de sua cultura e de sua crença.

Porém, além de ofertar um ensino igualitário e de qualidade aos seus alunos, a escola também segundo Tuma (2001), tem o papel de passar para os discentes as regras de convívio social e os comportamentos que se enquadram na sociedade, conforme se vê na seguinte citação: “Percebe-se que, enquanto os pais vão para o trabalho, seus filhos ficam na escola para estudar, aprender regras e comportamentos no seu cotidiano” (TUMA. 2001, p. 58).

Portanto, na maioria das vezes a escola necessita formar o sujeito em seus aspectos cognitivos, psicológicos, emocionais, culturais, morais e sociais, isto quando não é tratada como única fonte de alimentação saudável de seus alunos, fato que ocorre principalmente na rede pública de ensino, devido muitas vezes à falta de condições da família.

Sendo então a escola um espaço social, ela procura ofertar aos alunos regras e comportamentos exemplares, esta é um meio disciplinador, como também facilitador e motivador da aprendizagem, que oferece constante busca pelo conhecimento. Além disso, o estabelecimento de ensino funciona como um local onde possa ocorrer a transição do aluno do seu ambiente familiar, para a sociedade em geral, onde se encontram outros grupos sociais que o aluno frequenta como: roda de amigos, igrejas, locais culturais e a própria escola.

Nas linhas teóricas de Tuma (2001) e Aquino (1996) o aluno precisa ter uma boa relação com a família, com a escola e com as pessoas que estão ao seu lado nos diferentes tempos e espaços, para que este possa aprender em diferentes momentos de sua vida. Conforme Reis afirma:

*Tentamos a ultrapassagem do indivíduo e do evento, sem, no entanto, negar a realidade dos eventos e o papel dos indivíduos. Estes são integrados em uma realidade entrecruzada [...] Este tempo não possui um só e simples transcurso, mas velocidades diferenciadas, mais rápidas e mais lentas. Abaixo destas velocidades diversas [...] uma relação dialética entre continuidade e descontinuidade, entre permanência e mudança, entre estrutura e evento. (REIS in TUMA, 2001, p. 74)*

Ou seja, a escola precisa partir da realidade de cada indivíduo e de sua vivência nos diversos tempos e espaços. O ambiente escolar então deveria na medida do possível considerar a maneira e o ritmo que cada aluno apresenta solucionar os conflitos, a violência e o desrespeito entre colegas, valorizando e incentivando a harmonia escolar, para que assim o aluno tenha vontade de permanecer neste ambiente.

Mas para que este processo idealizado aconteça, é necessário segundo Sartório (2006), que a escola realize um trabalho com uma gestão democrática, envolvendo diretor, equipe pedagógica, professores, familiares, sociedade e alunos, para que o trabalho aconteça em conjunto, para assim saber o que fazer e qual atitude tomar, para que o ambiente escolar seja um ambiente de alegria, conversas, diálogo, que os alunos saibam conviver em sociedade, um local que transmita paz e faça com que o aluno demonstre gosto e confiança pela escola e que seja um espaço onde os indivíduos tenham interesse, vontade de aprender, respeitando as regras da escola e sabendo quais são os seus limites. Só assim ter-se-á uma escola igualitária e de qualidade, onde a democracia impere e seus agentes não fiquem jogando a culpa dos erros no colo do outro, mas que se sintam corresponsáveis por tudo que acontece no ambiente escolar.

Porém segundo Tuma esta realidade está longe de acontecer. [...]

*A escola é muito severa em relação a isto. Ela está repercutindo basicamente o quê que é a sociedade. Tudo isso... Tudo o que é... Está retratando a sociedade. A escola nada mais faz que retratar esta sociedade. [...] se ela não fosse assim tão reprodutora, os alunos adorariam estudar. Por que eles detestam estudar? Por quê? (TUMA. 2001, p.81).*

A citação acima descrita nos informa que, algumas escolas adotam certa rigidez com os alunos. E nesta rigidez esquecem de ouvir o verdadeiro motivo que o levou a não cumprir o combinado ou regra. E assim acabam punindo aquele aluno que por algum incidente cometeu a infração, da mesma forma do que aquele que sempre comete a mesma várias vezes.

Por isso faz-se necessário refletir sobre algumas práticas desta escola disciplinadora, para que os alunos sintam prazer e gostem de estar no ambiente escolar.

Será que nossas escolas estão tendo uma gestão e uma prática democrática? Será que pais, professores e equipe pedagógica se auxiliam e se vêm parte do processo educacional? Será que está se pensando em mudar o conceito que certos agentes possuem sobre disciplina? Por que será que os alunos não querem mais ir a escola, e quando querem só vão na maioria das vezes para fazer bagunça?

Estas dúvidas e questionamentos só serão respondidos segundo La Taylle (1999), frente a uma mudança da identidade escolar, docente, discente, familiar, social e mais que tudo humana. Pois só assim, a escola possuirá uma identidade, onde todos os agentes envolvidos neste processo saberão o que fazer perante a indisciplina e ao comportamento humano.<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Fonte: [www.educere.bruc.com.br](http://www.educere.bruc.com.br)



**SEGURANÇA E ACORDOS NO USO DE APLICATIVOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS**

A mídia pode ser inserida em sala de aula através dos Recursos de Ensino. Estes segundo Gagné (1971, p. 247) “são componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”. Estes componentes são, além do professor, todos os tipos de mídias que podem ser utilizadas em sala de aula, tais como, revistas, livros, mapas, fotografias, gravações, filmes etc.

A utilização de recursos de ensino diminui o nível de abstração dos alunos, pois eles vêem na prática o que estão aprendendo na escola, e podem relacionar a matéria aprendida com fatos reais do seu cotidiano. Desta forma é mais fácil eles absolverem os conteúdos escolares.

Dale (1966) criou uma classificação de recursos de ensino que é bastante utilizada. Ele nos trouxe o “cone de experiências”, que mostra que o ensino verbalizado, uso de palavras sem experiência, não deve mais ser usado pelo professor, pois os alunos aprendem mais quanto mais pratica experiências em torno do que está sendo ensinado.

Segundo Dale (1966), os objetivos do uso dos recursos de ensino são:

- motivar e despertar o interesse dos alunos;
- favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- aproximar o aluno da realidade;
- visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- oferecer informações e dados;
- permitir a fixação da aprendizagem;
- ilustrar noções mais abstratas;
- desenvolver a experimentação concreta.

Para utilização dos recursos de ensino é preciso estar atento aos seus objetivos, eficácia e função em relação à matéria ensinada. Todos esses objetivos podem ser alcançados através de recursos de ensino, midiáticos, como, por exemplo, computador, internet, em que o aluno além de conhecer novas tecnologias, faz também interação com o mundo e novas informações. O aluno busca algo novo, algo atrativo, e a educação deve acompanhar essa busca. Mas não basta apenas usar a tecnologia, no ambiente de ensino/aprendizagem temos que rever o uso que fazemos de diferentes tecnologias enquanto estratégias, tendo clareza quanto à função do que estamos utilizando, não basta trocar o livro por um computador se na prática não promovemos a inclusão do aluno, no que se refere aos processos de aprendizagem.

O computador é conhecido como uma tecnologia da informação devido a sua grande capacidade na solução de problemas relacionados a armazenamento, organização e produção de informação de várias áreas do conhecimento. A utilização dessa tecnologia pode ser usada de varias formas, como programas de exercício-e-prática, jogos educacionais, programas de simulação, linguagem de programação entre outros, despertando assim um grande interesse do aluno.

Conforme observado por Valente (1993), o computador não é mais o instrumento que ensina o aprendiz, mas a ferramenta com a qual o aluno desenvolve algo, e, portanto, o aprendizado ocorre pelo fato de estar executando uma tarefa por intermédio do computador. O processo de interação se torna mais agradável com a presença da multimídia na aprendizagem, pois naquele momento o aluno está descobrindo o novo, o contemporâneo.

**Educação, Mídia e Tecnologia**

A aplicação de novas tecnologias na educação vem modificando o panorama do sistema educacional e, por isso, pode-se falar de um tipo de aula antes e depois da difusão de mídias integradas e tecnologias avançadas de comunicação digital. Os resultados das aplicações de tais tecnologias estão criando condições objetivas para questionarem a real necessidade de se preparar para o ensino virtual. Hoje, há a percepção de algumas tendências relativas aos novos modelos de ensino e aprendizagem de idiomas mediados por computador. Uma dessas tendências é a aprendizagem por meio de Redes Sociais ou Comunidades Virtuais de Aprendizagem.

Afirma-se que a Educomunicação apresenta-se, hoje, como um paradigma, um conceito orientador de caráter sociopolítico e educacional a partir da interface Comunicação/Educação. Mais do que como uma metodologia, no âmbito da didática, o neologismo tem sido visto como um parâmetro capaz de mobilizar consciências em torno de metas a serem alcançadas coletivamente nas diferentes esferas da leitura e da construção do mundo, como propunha Paulo Freire.

O fato permite e facilita um diálogo permanente entre os que buscam dar respostas tanto às questões vitais anunciadas e descritas nas diretrizes propostas pelo poder público quanto às “experiências escolares” inovadoras e multidisciplinares, previstas na reforma do ensino

Trata-se de um percurso que leva em conta a sociedade da informação e o papel da mídia na geração de conteúdos, mensagens e apelos comportamentais.

Segundo a justificativa do CNE que embasa o documento, se, de um lado, “é importante a escola valer-se dos recursos midiáticos é, igualmente, fundamental submetê-los aos seus propósitos educativos”. Nesse sentido, o texto propõe que valores — presentes muitas vezes de forma conflituosa no convívio social e assim reproduzidos pela mídia — sejam identificados e revisitados pela educação. É o caso, por exemplo, do consumismo e de uma pouco disfarçada indiferença com relação aos desequilíbrios que ocorrem no mundo; indiferença essa que leva, com certa naturalidade, à banalização dos acontecimentos por parte significativa dos meios de informação.

Em relação ao universo da comunicação, a Resolução CNE/CEB nº. 7, de 14/12/2010, que estipula as diretrizes para o ensino de nove anos, não permanece, contudo, apenas num denunciamento inócuo. Ao contrário, estabelece metas a serem cumpridas.

É necessário, por exemplo, que a escola contribua para transformar os alunos em consumidores críticos dos produtos midiáticos (meta número 1), ao mesmo tempo em que passem a usar os recursos tecnológicos como instrumentos relevantes no processo de aprendizagem (meta número 2). É dessa criticidade do olhar e da criatividade no uso dos recursos midiáticos que pode surgir uma nova aliança entre o aluno e o professor (meta número 3), favorecida justamente pelo diálogo que a produção cultural na escola é capaz de propiciar.

No caso do docente, o parecer que justificou o documento do CNE entende que “muitas vezes terá que se colocar na situação de aprendiz e buscar junto com os alunos as respostas para as questões suscitadas”. Surge, aqui, a meta número 4: reconhecer o aluno como partícipe e corresponsável por sua própria educação, sujeito que é de um direito muito especial: o de expressar-se numa sociedade plural.